

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA**

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**

**Ano económico de 2023**

## **INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS**

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas com data 19 de abril de 2024.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

(1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

(2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.

(3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

(4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.

(5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
- b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
- c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

## **2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO**

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas, no decorrer da nossa viagem entre 18 e 22 de março de 2024, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões por teletrabalho mais relevantes a que chegámos.

## 2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos e a transitar totalizam 16.279 euros (206.436 euros em 2022), (472.191 euros em 2021) sendo a maior parte de compromissos a transitar de despesas de capital. As obrigações por pagar ascendem a 21.291 euros (24.713 euros em 2022).

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 770 mil euros (950 mil euros em 2022 e 1.377 mil euros em 2021).

## 2.2 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

A evolução dos montantes com transferências correntes entre 2021 e 2023, encontra-se no quadro abaixo, onde se refletem as políticas seguidas nesta área.

Conta	Descrição	2021	2022	2023	Variação 2022-2021	Variação 2023-2022
60	Transferências e subsídios concedidos (correntes)	479 861	677 591	681 475	197 731	3885
601	Transferências correntes concedidas	479 861	677 591	681 475	197 731	3 885
60135	Freguesias	130 000	145 000	160 000	15 000	15 000
6015	Segurança Social	33 945	18 065	28 360	-15 880	10 295
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	274 371	450 953	425 895	176 582	-25 058
601621	Ação Social	0	554	360	554	- 194
601622	Bolsas	34 174	39 049	34 621	4 875	- 4 429
601629	Outros	5 791	23 970	30 675	18 179	6705
60169	Outros	400	0	0	-400	0
6019	Outros	1 179	0	1 565	-1 179	1565

O valor das transferências foi superior em cerca de 4 mil (em 2022 o aumento tinha sido de 197 mil sobre 2021) ao que se tinha verificado em 2022. Na rubrica mais significativa, a das Instituições sem fins lucrativos, o valor de 425 mil euros (450.000 euros em 2022), é inferior em 25 mil ao registado em 2022.

Do total de 677 mil euros de transferências correntes, de 308 mil euros concedidos em 2023, quase metade (45%) foram concedidos a 9 entidades conforme quadro abaixo, sobressaindo entre elas a ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa com 200.000 mil euros.

Maiores Valores	2023
ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa	200 000,00
C.C.R.D Sporting Clube de Guadalupe	27 500,00
Apoio AHBVIG	20 000,00
Santa Cruz Sport Club	15 500,00
Casa do Povo da Praia - Polidesportivo	14 553,44
Sport Clube Marítimo	9 527,63
Protocolo - Polidesportivo de Guadalupe	8 509,32
Agraprome	7 000,00

Igreja Paroquial de Guadalupe	5 550,00
Sub-total de Transferências e Subsídios	308 140,39

Em 2023 foram transferidos valores para despesas de capital que somaram 349 mil conforme o quadro abaixo.

No Graciosa Futebol Clube foi concedido subsídio de 125 mil para construção do balneário e colocação da iluminação.

No Sport Clube Marítimo foi concedido subsídio de 219 mil para colocação de relvado sintético.

Maiores Valores	2023
Contrato Programa Desportivo GDMPraense	13 000
Graciosa Futebol Clube	125 804
Sport Clube Marítimo	210 285

Os 13 mil euros com GDM Praense destinam-se a apoiar uma viatura automóvel para a atividade desportiva,

Dado que se trata de dinheiro público, as entidades que o receberam devem prestar contas ao Município do uso que lhes destinaram, pelo que se recomenda, que sejam solicitadas prestações de contas a todas as entidades pelo uso dos dinheiros públicos recebidos, condicionando futuros apoios à entrega de documentação suficiente.

No relatório semestral de 2024 da situação económica e financeira do Município, tal prestação de contas deve poder ser avaliada pela Auditoria.

### **3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL**

#### **3.1 ORÇAMENTAL**

##### ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos que espelham a execução orçamental são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa, os quais são detalhados no Relatório da Gerência de 2023.

Nos termos do Relatório, o índice de realização da despesa foi de 82,17% (82,8% em 2022), a que correspondeu um montante de despesa paga de 5.889 milhares de euros (4.696 mil euros em 2022), incluindo despesa com passivos financeiros de 187 mil euros (179 mil euros em 2022).

- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 75,21% (69,7% em 2022), com um valor de 2.321 milhares (1.277 milhares de euros em 2022);
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 87,5% (89,1% em 2022), atingindo um valor de 3.568 milhares (3.419 milhares de euros em 2022).

A receita foi realizada em 88,89% (97,9% em 2022) incluindo o saldo de gerência anterior.

Verificamos que a execução orçamental total tem um saldo positivo de 493 mil euros (863 mil euros em 2022) a transitar para a gerência seguinte. Não foram contraídos novos empréstimos.

A receita efetiva foi de 5.519 mil euros (4735 milhares em 2022) e a despesa efetiva foi de 5710 milhares (4508 milhares em 2022), pelo que o saldo global entre Receita e despesa efetivas foi negativo em 191 euros.

O saldo primário, excluindo juros, foi negativo em 153 mil euros.

### 3.2 IMOBILIZADO

#### 3.2.1 Ativo líquido

Em 2022, o valor líquido de amortizações manteve-se semelhante ao do ano anterior, pois as aquisições foram contrabalançadas pelas amortizações que atingiram 1 125 milhares de euros.

Rubrica	Saldo em 2022
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Propriedades de Investimento	542 279
43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	26 044 339
44 Intangíveis	64 367
45 Investimentos em Curso	1 568 513
<b>Total geral líquido</b>	<b>28 412 244</b>

Em 2023, o total líquido de amortizações teve um aumento em 466 mil ao do ano anterior.

Rubrica	Saldo em 2023
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Propriedades de Investimento	485 518
43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	26 836 512
44 Intangíveis	123 346
45 Investimentos em Curso	1 240 178
<b>Total geral líquido</b>	<b>28 878 399</b>

### **3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo**

Recomenda-se o esclarecimento das situações do mapa 8.2.12.1. Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, pois, parte deles têm referência a cedências cujo prazo expirou e sem informação de renovação.

Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, pelo que se volta a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

Sublinha-se que a recente Inspeção da IRAP aponta várias desconformidades na área do imobilizado, recomendando, nomeadamente, a atualização do inventário, a promoção de medidas de acompanhamento e controlo da distribuição dos bens, a atualização da norma de controlo interno.

### **3.2.3 Terrenos do Aeroporto e do Complexo Desportivo**

A listagem de bens registados nas Finanças e na Conservatória apresenta várias referências a parcelas de terreno, com a referência Aeroporto. Como exemplo, os números de inventário 100395 a 100398 (e muitos outros). Ora, não se tem conhecimento de que o Município tenha alguma participação nesta infraestrutura ou que tenha sido ressarcido do seu valor.

Encontramos igualmente terrenos para a implantação do Complexo Desportivo, sendo exemplo o número de inventário 100399.

Recomendamos o esclarecimento destas situações, e eventualmente de outras do mesmo género, para que os registos correspondam à situação real.

## **3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração tem tido altos e baixos, com resultados, umas vezes, positivos e outras, negativos.

Em 2023, o resultado foi positivo em 21.345 euros (em 2022 foi positivo em 15.448 euros).

## **3.4 BANCOS**

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não havendo nada de material a assinalar.

Os empréstimos a curto, médio e longo-prazos foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

### 3.5 ESTADO

A dívida ao Estado em dezembro de 2023 é de 16.897 euros (16.732 euros em 2022), por retenções e encargos da CGA e Segurança Social que foram liquidadas no início de 2024.

Por sua vez a autarquia tem 73.233 euros (11.132 em 2022) a receber do Estado, referente à diferença entre IVA liquidado a 4% pela faturação do fornecimento de água 4% e IVA dedutível a 16%.

### 3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros (fornecedores e credores diversos) é de 278 mil euros (276 mil euros em 2022).

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 770 mil euros (950 mil euros em 2022) sendo 179 mil euros a curto prazo, isto é, a pagar durante o próximo ano, e 591 mil euros a mais de 12 meses.

### 3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

O valor das dívidas de terceiros (águas, rendas e outros) é de 71 mil euros, valor superior em 18 mil euros ao de 2022, após provisão para a eventualidade de não recebimento.

### 3.8 RENDIMENTOS E GANHOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros abaixo indicados.

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados. Na ótica da contabilidade patrimonial, os rendimentos diminuíram 0,23% em relação a 2022 e ultrapassaram ligeiramente o valor pré-pandemia de 2019, em que atingiram 4 628 603 euros.

Conta	Designação	2022	2023
70	IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	797 810	825 148

71/72	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	297 546	344 122
75	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	3 033 300	2 933 118
78	OUTROS RENDIMENTOS	550 439	574.881
79	JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES	5 019	1 226
TOTAL RENDIMENTOS		4 684 114	4 678 495
EVOLUÇÃO		-0,13%	

### 3.9 CUSTOS

Os custos totais do exercício de 2023 aumentaram 14% (em 2022 tinham aumentado 6%) refletindo aumentos significativos nas rubricas de maior peso como pessoal e transferências concedidas correntes e de capital.

Rubrica	2021	2022	2023
Fornecimentos e Serviços Externos	1 118 848	1 047 439	1 144 495
Custos com Pessoal	1 516 517	1 621 317	1 716 802
Transferências e Benefícios concedidos	479 860	677 591	1 030 565
Amortizações do Exercício	1 137 627	1 125 327	1 230 639
Provisões do Exercício	-	-	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	26 567	62 537	36 090
Custos e Perdas Financeiras	15 542	13 947	38 394
Custos e Perdas Extraordinários	-	-	-
Totais	4 294 961	4 548 158	5 196 985
Evolução custos	+6%	+6%	+14%

Verificámos os custos de pessoal por métodos analíticos e não temos nada assinalar.

### 4. Limites ao Endividamento

O limite ao endividamento por nós calculado é de 6,1 milhões de euros, estando utilizados 1,1 milhões pela dívida total a 31-12-2023.

De acordo com artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e dado que o município não excede em 31 de dezembro, o limite da dívida total, a sua margem de endividamento disponível, de 5 milhões, pode ser utilizada em 2024 de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo, isto é, em 20%, a que corresponde um milhão de euros.

### 5. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2022 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no valor 135.956 euros.



Os resultados de 2023 foram negativos em 519 mil euros (a comparar com 135 mil euros positivos em 2022), valor que não está em linha com anos anteriores (129 mil euros de 2021 e 128 mil euros de 2020, positivos).

No fim de 2023, o património da autarquia (conta 51), cobre 30,9% do ativo líquido, tal como em 2022, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

## **6. Outras informações**

Solicitámos e obtivemos a Declaração do Órgão de Gestão do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório de Gestão, tendo observado que o Município apresentou no Relatório de Gestão e pela primeira vez, informação ao abrigo da NCP 27 – Contabilidade de Gestão em conformidade com o previsto no §34 da norma, pelo que a aplicação do SNC-AP está completa.

Recomendamos para o futuro, a inclusão no relatório de gestão duma perspetiva de evolução do desempenho orçamental.

Lisboa, 19 de abril de 2024

António Rosa Zózimo, ROC 954, em representação de A. Zózimo & M. Lourenço, SROC Lda.